

Companhia do
Metrô da Bahia

**Demonstrações Financeiras Referentes
aos Exercícios Findos em 31 de dezembro
de 2020 e 2019 e Relatório dos Auditores
Independentes sobre as Demonstrações
Financeiras**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	10
Balanços patrimoniais	14
Demonstrações do resultado	15
Demonstrações do resultado abrangente	16
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	17
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	18
Notas explicativas às demonstrações financeiras	19

Relatório da Administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos acionistas

É com grande satisfação que apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades da Companhia do Metrô da Bahia (“Companhia”, CCR Metrô Bahia” ou “Concessionária”), acompanhado das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2020 e do Relatório dos Auditores Independentes.

1.2 Apresentação

A Companhia é uma empresa do Grupo CCR, uma das maiores companhias de concessões em infraestrutura da América Latina. Desde 2013, a concessionária é responsável pela construção, manutenção e operação do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas (SMSL), por um período de 30 anos, através de uma Parceria Público-Privada (PPP), com investimentos na ordem de R\$ 5,9 bilhões. Além disso, foi o sistema metroviário que mais cresceu na América Latina nos últimos anos, gerando cerca de oito mil empregos no auge das obras.

Atualmente, a CCR Metrô Bahia opera duas linhas metroviárias, com 33 km de extensão, 20 estações, 7 terminais de integração com ônibus, frota de 40 trens, emprega cerca de 1.334 colaboradores e possui mais de 2 mil câmeras de monitoramento interligadas ao Centro de Controle Operacional da Concessionária.

O metrô é um importante vetor da ampliação da mobilidade urbana de Salvador, contribuindo com a redução de gargalos na cidade e região metropolitana. Trouxe melhoria da qualidade ambiental, com redução do número de veículos nas ruas, e melhoria da qualidade de vida dos soteropolitanos, com um sistema de transporte público moderno, rápido, seguro e sustentável.

1.3 Destaques de 2020

Em março de 2020, foi celebrado o Termo Aditivo nº 7 que redefiniu as condições econômico-financeiras sobre os reequilíbrios dos investimentos realizados para implantação das Passarelas de acesso às Estações Detran, Pituacu, Tamburugy e Mussurunga, e do Terminal de Integração Rodoviária Sul. Em outubro de 2020 foi assinado o Termo Aditivo nº 8 com o Poder Concedente que contemplou a repactuação das condições econômico-financeiras sobre os reequilíbrios previstos inicialmente no Termo Aditivo nº 7, a reprogramação de periodicidade e prazo do Risco Compartilhado de Demanda, e o reequilíbrio de investimentos não previstos originalmente no Contrato de Concessão.

A CCR Metrô Bahia transportou quase 62 milhões de pessoas em 2020 e realizou mais de 254 mil viagens. No total, os trens percorreram mais de 4 milhões de quilômetros, que equivalem a 103 voltas ao planeta Terra ou a mais de 5 viagens de ida e volta à Lua. Desde 2014, início da operação, a Concessionária já transportou mais de 327 milhões de pessoas.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

2.1 O mercado

O SMSL está inserido em uma região de grandes polos geradores de tráfego nos municípios de Salvador e de Lauro de Freitas, tendo como destaque os setores de comércio, serviços, educação e saúde. A implantação do SMSL possibilita mais benefícios sociais e qualidade de vida, expressos pela redução do tempo de viagem despendido pela população e pela redução da emissão de poluentes, modernizando e solucionando parte dos problemas relacionados à mobilidade urbana da região, reestruturando o

sistema viário, integrando com outros modais e proporcionando um sistema de transporte coletivo eficiente.

2.2 Desempenho da Companhia

R\$ mil	2020	2019	Variação %
Receita Operacional	666.629	789.922	-15,61%
Custos e despesas totais	(349.045)	(475.641)	-26,62%
Resultado Financeiro	(282.828)	(324.182)	-12,76%
Resultado Líquido	22.230	(6.716)	431,00%
Dívida Bruta	3.667.069	3.404.078	7,73%

Quadro resumo do desempenho econômico-financeiro

2.2.1 Receita operacional

A receita metroviária em 2020 totalizou R\$ 333.767 (22,01% inferior a 2019) e representou 88,80% do total da receita (excluindo receita de construção e receita de remuneração dos ativos). A redução é resultado da diminuição no número de passageiros ocasionada pela pandemia do Coronavírus, sendo atenuada pelo mecanismo contratual para compartilhamento de risco com a demanda de passageiros previsto na cláusula 25 do Contrato de Concessão.

A receita de remuneração dos ativos totalizou R\$ 232.144 em 2020, apresentando um leve aumento (4,10%) em comparação com o exercício anterior, ocasionado por variação do IPCA, finalização e inclusão de contraprestações marginais (reequilíbrio de investimentos não previstos originalmente no contrato de concessão).

A receita de construção reduziu 39,46% em 2020 se comparada ao ano de 2019 (de R\$ 98.625 para R\$ 59.706), principalmente em consequência das postergações de investimentos para o ano de 2021, parte das medidas adotadas pela Companhia para preservar o caixa frente às reduções de passageiros e da economia global ocasionadas pela pandemia do Coronavírus.

2.2.2 Custos e despesas totais

Os custos e despesas totais da CCR Metrô Bahia apresentam uma redução de 26,73% em relação ao ano de 2019. Esta redução se relaciona principalmente com economias e/ou postergações nos custos variáveis, custos de construção e despesas totais, frente à redução na demanda de passageiros ocasionada pela pandemia do Coronavírus.

2.2.3 Resultado Líquido

O Resultado Líquido da Companhia no ano de 2020 foi de R\$ 22.230, tendo como principais destaques as medidas para redução custos e despesas totais, e aumento da receita operacional pelo risco compartilhado de demanda (receita metroviária).

2.2.4 Dívida

Ainda como parte das medidas adotadas pela Companhia para preservar o caixa frente às reduções de passageiros e da economia global ocasionadas pela pandemia do Coronavírus, em abril de 2020 a Companhia obteve junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) a suspensão do pagamento das parcelas de principal e dos juros remuneratórios “*Standstill*” dos contratos de financiamento vigentes por um período de seis meses, sem alteração do termo final do prazo de amortização e da taxa de juros, com capitalização das parcelas suspensas à dívida. Em outubro de 2020

o BNDES prorrogou o benefício do *Standstill* ao Setor de Mobilidade Urbana e a CCR Metrô Bahia garantiu a suspensão por seis meses adicionais.

2.3 Perspectivas

Em 2021, a Companhia prevê: (i) a instauração e conclusão dos trabalhos da Comissão de Acompanhamento, acordado com o Poder Concedente no Termo Aditivo nº 8, para solução das controvérsias sobre o Risco Compartilhado de Demanda conforme estabelecido na cláusula 25 do Contrato de Concessão; (ii) a continuidade do seccionamento das linhas de ônibus a fim de proporcionar o aumento da integração com o SMSL e agregação de valor na Receita Operacional; e (iii) retomada das atividades econômicas, a partir do início da Campanha Nacional de vacinação para imunização ao Coronavírus, que refletem positivamente no aumento da demanda, bem como nas receitas acessórias com cessão onerosa e veiculação de mídia.

3. Estratégia e Gestão

3.1 Governança Corporativa

A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado, tendo a CPC (Companhia de Participações em Concessões) como sua única Controladora.

O Conselho de Administração da Companhia é composto por três membros efetivos, eleitos em assembleia geral de acionistas, sendo Luis Augusto Valença de Oliveira o Presidente do Conselho, Luciano José Porto Fernandes e Igor de Castro Camillo os demais membros efetivos. A Diretoria, composta por dois membros, foi eleita pelo Conselho de Administração sendo André Luis Pereira Costa (Diretor Presidente) e Luís Augusto Valença de Oliveira (Diretor).

3.2 Gestão de Pessoas

Sabemos que o sucesso do negócio depende de profissionais devidamente qualificados e comprometidos com os objetivos estratégicos da empresa. Para isso é necessário assegurar a atração, a retenção e o desenvolvimento dos colaboradores.

Em 2020, foi reestruturado e otimizado o quadro de pessoal da Companhia, seguido de treinamentos e qualificações para os colaboradores, visando a implantação do modelo de gestão, normas e procedimentos do Grupo CCR. Foram ofertadas 147 vagas para o público interno e externo, obtendo cerca de 43 mil inscritos, 114 pessoas admitidas e 33 colaboradores promovidos, sendo eles 2 estagiários e 8 aprendizes. O encerramento do ano de 2020 foi com 1.334 colaboradores diretos atuando na concessionária.

Mesmo em meio à situação da pandemia, foram investidos R\$ 84 em programas de capacitação dos colaboradores, correspondendo a 26 mil horas de treinamento, em sua maioria online. Além disso, foram conferidos aos nossos colaboradores, nos termos de nossa política de benefícios, plano de previdência privada pela CCR Prev PGBL, administrado pelo Itaú Vida e Previdência S/A e outros benefícios sociais como programas de auxílio e/ou suplementares ao bem-estar social desses e de seus dependentes legais. Esses programas estão em conformidade com as práticas de mercado, exigências legais e acordos coletivos.

Para 2021, iniciaremos com o Núcleo de Atenção Primária (NAP) que tem como objetivo principal a ampliação da assistência de saúde com atendimento mais humanizado, atencioso e preventivo aos colaboradores e seus dependentes.

4. Sustentabilidade

A sustentabilidade é um pilar estratégico do Grupo CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento. Nossa cultura de sustentabilidade permeia os negócios e é impulsionada por uma estrutura de gestão dedicada a avaliar riscos, oportunidades a fim de ampliar os impactos ambientais, sociais e econômicos em nossas operações.

Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança para a sustentabilidade que permeia todo o Grupo CCR, desde o Conselho de Administração (CA) até as Concessionárias que administram os ativos de infraestrutura. A atuação do Comitê de Riscos e Reputação, que assessora o CA, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem o desenvolvimento dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, ao aprimoramento das relações com os *stakeholders* e à organização das doações e patrocínios a projetos socioambientais.

A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade do Grupo CCR é decidida de forma colegiada através da Diretoria Executiva, do Comitê de Riscos e Reputação e do Conselho de Administração da CCR. A Diretoria Executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para as divisões de negócio. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos socioambientais é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento socioambiental.

Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR:

- Código de Ética
- Política do Meio Ambiente
- Política de Mudanças Climáticas
- Política de Responsabilidade Social
- Política de Gerenciamento de Riscos
- Política da Empresa Limpa

Para conhecer essas e outras políticas do Grupo CCR, acesse:

<http://ri.ccr.com.br/governanca-corporativa/politicas-estatuto-codigo-de-etica-e-acordo-de-acionistas/>

Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do Relatório Anual e de Sustentabilidade. Para ler edição mais recente do Relatório Anual e de Sustentabilidade acesse: <http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>

4.1 Iniciativas voluntárias

O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são:

- Pacto Global (Organização das Nações Unidas - ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 princípios a serem seguidos por Companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade.
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável.

- *Carbon Disclosure Program (CDP)*: coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor.
- *Global Reporting Initiative (GRI)*: organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa.
- *Relato Integrado (IIRC)*: o principal objetivo desse *framework* é explicar para os *stakeholders* como a Companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais.

4.2 Instituto CCR

O Instituto CCR, entidade sem fins lucrativos é responsável por gerir o investimento socioambiental do Grupo CCR. Somado a isso, o Instituto CCR visa gerar transformação social e elevar o nível de relacionamento com os principais públicos com os quais se relaciona, por meio de seus programas. Seus principais objetivos são: gerar valor compartilhado, fortalecer as relações institucionais, integrar à Cultura Organizacional e fortalecer os fatores sociais da estratégia ESG.

Alinhado a boas práticas e uma gestão eficiente dos recursos próprios e de incentivos fiscais, o Instituto CCR investe e mobiliza parceiros em torno de projetos que valorizam a educação e a cidadania, a cultura e o esporte, a saúde e a qualidade de vida, a consciência ambiental e a segurança viária. Desde 2020 houve maior integração dos objetivos de negócio sustentável, promovendo a Inclusão Social em 5 áreas principais: Educação, Geração de Renda, Saúde, Esporte e Cultura.

Para conhecer os projetos e investimentos do Instituto CCR, acesse o site da entidade em www.institutoccr.com.br.

4.3 Destaques do exercício

As ações sociais são reforçadas com os projetos e campanhas promovidos pelo Instituto CCR em todo o Grupo CCR, tais como: Buzum!, FotoArte, Cine em Cena e Teatro a Bordo. Como iniciativas locais podemos destacar o patrocínio ao (i) Flipelô, uma das maiores festas literárias do mundo; (ii) Neojiba – Núcleo Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia, projeto patrocinado entre 2014 e 2019 e (iii) Jam no MAM – projeto cultural que realiza apresentações musicais, no estilo jam session, realizada no Museu de Arte Moderna da Bahia.

Ao todo, são 15 projetos incentivados, contemplando 51 escolas, 35 bairros e mais de 200 mil pessoas beneficiadas. Outras campanhas como a do agasalho, que já ultrapassou a marca de mais de 250 mil peças de roupas arrecadadas, e de voluntariado que, em quatro edições, já beneficiou 4 creches, 1 orfanato e 1 lar de idosos. Já foram realizadas mais de 10 campanhas socioambientais e 14 ações de voluntariado.

Demais destaques do ano de 2020:

- ✓ Doações Covid-19: ao longo do ano diversas ações sociais foram realizadas a fim de mitigar lacunas potencializadas pela pandemia, reforçando ainda mais o compromisso social da CCR Metrô Bahia com a população;
- ✓ O programa “Vem pra Cá” que tem a baianidade como destaque, realiza ações culturais, reforçando a pluralidade cultural, diversidade e inclusão durante todo o ano nas estações de metrô e terminais de ônibus da cidade. O programa inclui as exposições, as apresentações musicais, a criação de espaços temáticos para fotos e diversas outras manifestações artísticas. O objetivo das atividades desenvolvidas é proporcionar uma experiência diferente para os

clientes da concessionária, que vai além da viagem de metrô, através de entretenimento, música, cultura, baianidade, serviços de saúde, beleza e bem-estar. Em 2020, foram realizados mais de 30 eventos em parceria com diversas instituições como Orquestra Sinfônica da Bahia, Balé Teatro Castro Alves, Neojibá, Funceb, Secretarias e órgãos estaduais, instituições de ensino, artistas, fotógrafos, produtores culturais dentre outros parceiros;

- ✓ A banda Agentes do Metrô foi criada em 2019 pela CCR Metrô Bahia durante as ações de carnaval para entreter o público e promover ainda mais a aproximação com os clientes, levando alegria e Baianidade para os ambientes. Formada por 11 Agentes de Atendimento e Segurança, a banda já fez quase 20 apresentações e reuniu aproximadamente 10 mil pessoas. As apresentações acontecem nas estações do metrô e fazem parte do programa Vem pra Cá, mas a Banda já se apresentou em duas edições da Flipelô e já esteve em programas de Rádio da capital baiana. Atualmente, as apresentações são gravadas e transmitidas no ambiente virtual, em algumas datas comemorativas. Dentro do repertório da banda estão dos clássicos do axé até músicas autorais. O grupo reforça a baianidade e aproveita a música para educar e passar mensagens inspiradoras. As canções autorais é uma forma de conscientizar e reforçar a importância do modal para a mobilidade urbana e das atitudes de cada cliente para o bom funcionamento e segurança do sistema, com dicas de segurança, acessibilidade e integração;
- ✓ Criado em 2014, o programa de visitas Embarque já recebeu mais de 20 mil visitantes entre crianças, jovens, portadores de deficiência, idosos e professores de toda a Bahia e outros estados do Brasil interessados em conhecer como opera o metrô baiano, seus bastidores e curiosidades. Através de dois roteiros, “Embarque na Operação” e “Embarque nos Bastidores”, o programa apresenta o metrô, a tecnologia empregada, bem como, a expertise da CCR Metrô Bahia que tem como premissa a qualidade no atendimento e na prestação de serviço de transporte público. Em junho de 2020, em decorrência da pandemia do Coronavírus, o programa de visitas da concessionária foi adaptado para o ambiente virtual e nasceu o “Embarque Online” e já soma quase mil participantes entre estudantes e professores de instituições de ensino como SENAI, IFBA, UFRJ, UFPA, UFSC e IF Sudeste MG. O Embarque Online é um tour virtual com transmissão ao vivo, via plataforma digital, que apresenta os bastidores do metrô baiano para a comunidade acadêmica com conteúdo exclusivo e personalizado de acordo com a necessidade de cada grupo. O roteiro mais demandado é a visita ao Centro de Controle Operacional (CCO) e à área de manutenção material rodante apresentando o “jeito de fazer” do sistema metroviário baiano, que é referência internacional pela tecnologia inovadora, qualidade e velocidade das obras;
- ✓ A Bibliometrô tem como objetivo promover o desenvolvimento intelectual e cultural da população baiana. Entregue em junho de 2019, o espaço multicultural, que conta com um acervo de mais de 1000 exemplares de diversos gêneros literários, também é palco de saraus e lançamentos de livros. Sendo aberto ao público e totalmente gratuito. Desde a sua inauguração, quase 10 mil pessoas já acessaram o local, que tem o objetivo de disseminar e despertar o interesse da leitura entre crianças, adolescentes e jovens. O espaço está localizado na Estação Acesso Norte de Metrô. Neste sentido, a CCR Metrô Bahia também criou o projeto Estação Leitura, que estimula a troca e doação de livros usados em seis casinhas espalhadas nas estações Acesso Norte, Campo da Pólvora, Pirajá, Rodoviária, Bairro da Paz e Aeroporto.

E para 2021, o projeto “Acelerando o seu corre” ganha destaque como o primeiro projeto do pilar “geração de renda” do Instituto CCR, que será apoiado pela CCR Metrô Bahia. O Projeto de Empreendedorismo e Inclusão Social é focado nas comunidades carentes do entorno do metrô.

Outros projetos já previstos pelo Instituto para 2021, são: Gíngua de peito aberto, Oportunidade através do esporte e JAM no MAM.

4.4 Reconhecimentos

O modelo de negócio sustentável do Grupo CCR e das unidades tem sido reconhecido pela sociedade continuamente. Os prêmios e reconhecimentos de destaque recebidos pela CCR Metrô Bahia em 2020 foram:

- ✓ Prêmio de Melhores Práticas 2020 ANPTrilhos, com o case de sucesso “Embarque Online” - adaptação do programa de visitas da CCR Metrô Bahia para o universo digital; e
- ✓ Presença na 16ª carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial.

5. Considerações Finais

5.1 Auditores Independentes

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes.

5.2 Declaração da Diretoria

A Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

5.3 Agradecimentos

Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Companhia.

Salvador, 11 de março de 2021.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia do Metrô da Bahia
Salvador - BA**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia do Metrô da Bahia (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia do Metrô da Bahia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não

expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos	
Veja as notas explicativas 2(l) e 9 das demonstrações financeiras.	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social. Tais saldos são reconhecidos na medida em que seja provável que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social possam ser realizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e suportadas por seu plano de negócios.</p> <p>Consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria, devido às incertezas e alto grau de julgamento inerente ao processo de determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros que se baseia em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de usuários, entre outras.</p>	<p>Realizamos o entendimento do desenho dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises ao valor recuperável disponibilizadas pela Companhia.</p> <p>Com o auxílio de nossos especialistas em tributos diretos, efetuamos o recálculo matemático da apuração do imposto de renda e contribuição social diferidos, avaliamos se as adições e exclusões estão de acordo a legislação tributária.</p> <p>Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, efetuamos o recálculo matemático das projeções dos lucros tributáveis futuros para a realização das diferenças temporárias e prejuízos fiscais acumulados, avaliamos as principais premissas e dados técnicos utilizados pela Companhia na projeção de lucros tributáveis futuros, comparamos as premissas utilizadas com os dados disponíveis no mercado e efetuamos análise de sensibilidade no que tange às premissas e metodologia utilizadas.</p> <p>Consideramos também as divulgações nas demonstrações financeiras, quanto ao prazo estimado para utilização do crédito tributário registrado decorrente de prejuízo fiscal e base</p>

	<p>negativa de contribuição social.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis as premissas e metodologias utilizadas na determinação do lucro tributável futuro e valor do imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.</p>
--	---

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Fernanda A. Tessari da Silva
Contadora CRC 1SP-252905/O-2

Companhia do Metrô da Bahia

Balancos Patrimoniais

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	124.293	4.247
Aplicações financeiras	6	49.613	63.448
Ativo financeiro	8	226.732	215.972
Adiantamento à fornecedor		7.064	8.044
Tributos a recuperar		2.842	8.433
Contas a receber	7	101.793	153.212
Contas a receber - partes relacionadas	10	288	63
Estoques (materiais sobressalentes)		12.055	9.396
Despesas antecipadas e outros		5.317	6.381
Total do ativo circulante		529.997	469.196
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber	7	235.436	39.467
Ativo financeiro	8	1.828.439	1.723.644
Tributos a recuperar		367	2.353
Estoques (materiais sobressalentes)		5.920	-
Tributos diferidos	9b	70.776	83.365
Despesas antecipadas e outros		782	789
		2.141.720	1.849.618
Imobilizado			
	11	36.119	40.056
Intangível			
	12	2.630.389	2.749.107
Intangível em construção			
	12	20.769	20.349
Total do ativo não circulante		4.828.997	4.659.130
Total do ativo		5.358.994	5.128.326

	Nota	2020	2019
Passivo			
Circulante			
Financiamentos	13	72.027	59.552
Nota promissória	14	59.885	-
Fornecedores	15	69.486	119.794
Fornecedores - partes relacionadas	10	3.520	3.456
Impostos e contribuições a recolher		1.126	955
Obrigações sociais e trabalhistas		16.502	21.762
Outras contas a pagar		1.878	1.121
Total do passivo circulante		224.424	206.640
Não circulante			
Financiamentos	13	3.535.157	3.344.526
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	16	1.272	1.249
Outras obrigações		81	81
Total do passivo não circulante		3.536.510	3.345.856
Patrimônio líquido			
Capital social	17a	1.745.342	1.745.342
Prejuízos acumulados		(147.282)	(169.512)
Total do passivo e patrimônio líquido		5.358.994	5.128.326

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia do Metrô da Bahia

Demonstrações do resultado do exercício

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	18	666.629	795.978
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(59.706)	(98.625)
Serviços		(25.591)	(25.815)
Depreciação e amortização	11 e 12	(92.160)	(88.379)
Custo com pessoal		(83.658)	(87.665)
Materiais, equipamentos e veículos		(8.200)	(8.667)
Energia elétrica		(26.877)	(30.740)
Outros		(12.803)	(13.034)
		<u>(308.995)</u>	<u>(352.925)</u>
Lucro bruto		357.634	443.053
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(14.401)	(15.966)
Serviços		(12.265)	(26.291)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.891)	(1.945)
Depreciação e amortização	11 e 12	(1.992)	(2.146)
Impostos, taxas e despesas com cartório		(779)	(508)
Ressarcimento ao usuário		(2.447)	(1.787)
Campanhas e eventos promocionais		(1.794)	(2.019)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários		(23)	(1.002)
Provisão para perda esperada - contas a receber e outras contas a receber		(33)	(34)
Despesas legais e judiciais		(1.887)	(2.751)
Indenizações contratuais		-	(59.453)
Outros		(2.538)	(9.572)
		<u>(40.050)</u>	<u>(123.474)</u>
Outros resultados operacionais		63	758
Resultado antes do resultado financeiro		317.647	320.337
Resultado financeiro	19	<u>(282.828)</u>	<u>(324.182)</u>
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		34.819	(3.845)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	9a	<u>(12.589)</u>	<u>1.126</u>
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		22.230	(2.719)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia do Metrô da Bahia

Demonstrações do resultado abrangente

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	22.230	(2.719)
Outros resultados abrangentes		
Itens que serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado		
Resultado de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	-	760
Ativação de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	-	(1.206)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	-	151
	<u>-</u>	<u>(295)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>22.230</u>	<u>(3.014)</u>

Companhia do Metrô da Bahia

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital Social</u>			
	<u>Subscrito</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2019	1.570.342	(166.793)	295	1.403.844
Aumento de capital em 02 de maio de 2019	90.000	-	-	90.000
Aumento de capital em 27 de junho de 2019	85.000	-	-	85.000
Prejuízo líquido do exercício	-	(2.719)	-	(2.719)
Outros resultados abrangentes	-	-	(295)	(295)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>1.745.342</u>	<u>(169.512)</u>	<u>-</u>	<u>1.575.830</u>
Lucro líquido do exercício	-	22.230	-	22.230
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>1.745.342</u>	<u>(147.282)</u>	<u>-</u>	<u>1.598.060</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia do Metrô da Bahia

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	22.230	(2.719)
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.589	(1.126)
Depreciação e amortização	94.152	90.525
Baixa do imobilizado e intangível	-	599
Resultado de operações com derivativos	-	(271)
Juros e variação monetária sobre financiamentos e notas promissórias	284.758	326.015
Ajuste a valor presente do ativo financeiro	(232.096)	(229.007)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	3	(16)
Constituição e reversão da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	2.636	3.229
Atualização monetária sobre riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	359	48
Constituição da provisão para perda esperada - contas a receber	33	34
	162.434	190.030
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(144.583)	(161.790)
Contas a receber - partes relacionadas	(225)	164
Tributos a recuperar	7.577	6.411
Estoques (materiais sobressalentes)	(8.579)	(517)
Ativo financeiro	(34.844)	(34.456)
Recebimento ativo financeiro	244.442	364.816
Despesas antecipadas e outros créditos	1.071	130
Ressarcimento de obras efetuadas	-	4.534
Adiantamento a fornecedores	980	(2.968)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(50.311)	(41.636)
Fornecedores - partes relacionadas	(3.750)	(2.253)
Obrigações sociais e trabalhistas	(5.260)	(3.896)
Impostos e contribuições a recolher	171	(989)
Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	(2.972)	(2.275)
Outras contas a pagar	757	793
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	189.138	313.379
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Liquidação de operações com derivativos	-	271
Aquisição de ativo imobilizado	(2.712)	(1.099)
Adições ao ativo intangível	(59.958)	(24.949)
Outros de ativo imobilizado e intangível	1.510	-
Aplicações financeiras líquidas de resgate	13.835	(39.787)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(47.325)	(65.564)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Financiamentos e notas promissórias:		
Captações	60.789	404.749
Pagamentos de principal	(11.608)	(560.191)
Pagamentos de juros	(70.948)	(319.766)
Integralização de capital	-	175.000
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	(21.767)	(300.208)
Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	120.046	(52.393)
Demonstração do aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	4.247	56.640
No final do exercício	124.293	4.247
	120.046	(52.393)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia, com sede localizada na rua Afeganistão do bairro Calabetão em Salvador – BA, tem como objeto social exclusivo realizar a exploração da concessão patrocinada pelo Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas (SMSL) outorgada pelo Estado da Bahia, compreendendo sua implantação, operação e manutenção e todas as atividades necessárias ou convenientes a este fim, incluindo, sem se limitar, a execução de serviços e obras, compra de equipamentos, montagens, adequação, manutenção e operação dos terminais de integração de passageiros, a implantação e gestão do sistema de bilhetagem eletrônica, e os demais atos correlatos ao cumprimento do contrato de concessão decorrente da concorrência promovida pelo Governo do Estado da Bahia.

A Concessão compreende os terminais de integração de passageiros, sendo eles: Acesso Norte, Retiro, Pirajá, Rodoviária Norte, Rodoviária Sul, Pituaçu, Mussurunga e Aeroporto; e, duas linhas metroviárias abrangendo 22 Estações, sendo elas: Lapa, Campo da Pólvora, Brotas, Bonocô, Acesso Norte, Retiro, Bom Juá, Pirajá, Campinas, Cajazeiras/Águas Claras, Detran, Rodoviária, Pernambués, Imbuí, CAB, Pituaçu, Flamboyant, Tamburugy, Bairro da Paz, Mussurunga, Aeroporto e Lauro de Freitas, num total de 41km de linha metroviária, sendo que a operação se desenvolverá de acordo com os Marcos Operacionais previstos no Contrato.

A Companhia do Metrô da Bahia, de capital fechado, foi constituída em 09 de setembro de 2013 e o Contrato de Concessão assinado com o Governo do Estado da Bahia em 15 de outubro de 2013, pelo prazo de 30 anos.

Em 25 de agosto de 2014, foram inaugurados a estação e o terminal de integração de ônibus de Retiro, pertencentes à Linha 1.

Em 23 de abril de 2015, a Companhia inaugurou a estação Bom Juá, pertencente à Linha 1.

Em 13 de maio de 2015, foi assinado o Termo Aditivo nº 1 ao contrato de concessão, que desmembrou o Evento de Aporte nº 5 em 3 novos eventos, sem alteração do valor total.

Em 17 de dezembro de 2015, foi assinado o Termo Aditivo nº 2 ao Contrato de Concessão, cujas principais alterações foram:

- Transferência para a Companhia do Metrô da Bahia da responsabilidade pelo fornecimento da instalação de duas subestações retificadoras de energia elétrica;
- Adequação do projeto do Complexo de Manutenção de Pirajá e da localização da Estação Pirajá, para viabilizar a implantação do Trecho 3 da Linha 1 até Cajazeiras;
- Alteração do modelo operacional e de interligação das Linhas 1 e 2 do SMSL da Estação Bonocô para a Estação Acesso Norte;
- Reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato em decorrência das alterações acima mencionadas; e
- Reprogramação dos eventos de aportes previstos originalmente no Contrato de Concessão e no Aditivo nº 1, sem alteração do seu valor total, e dos marcos operacionais.

Em 11 de janeiro de 2016, foi inaugurado o terminal de integração de ônibus de Acesso Norte, pertencente às Linhas 1 e Linha 2.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 04 de fevereiro de 2016, foi inaugurado o terminal de integração de ônibus de Pirajá, pertencente à Linha 1.

Em 11 de fevereiro de 2016, a Companhia iniciou a operação comercial da Estação de Pirajá, pertencente à Linha 1.

Em 15 de maio de 2016, a Companhia iniciou a operação plena da Linha 1, com todas as estações dessa Linha funcionando diariamente das 5 horas da manhã até à meia noite, inclusive sábados, domingos e feriados.

Em 03 de outubro de 2016, foi assinado o Termo Aditivo nº 3 ao Contrato de Concessão, cujas principais alterações foram:

- Desmembramento de alguns eventos de aportes, modificados a partir do termo aditivo nº 2, a fim de garantir uma maior eficiência na prestação do serviço, de modo que o recebimento dos aportes de recursos, pela Companhia, guarde maior proporcionalidade com as etapas efetivamente executadas;
- Definição das regras e procedimentos para a integração física e tarifária com as linhas de ônibus metropolitanos.

Em 05 de dezembro de 2016, a Companhia iniciou a operação do primeiro trecho da Linha 2, abrangendo as estações Acesso Norte 2, Detran e Rodoviária.

Em 23 de maio de 2017, a Companhia inaugurou mais quatro novas estações da Linha 2 (Pernambuéis, Imbuí, CAB e Pituaçu), totalizando quinze estações em pleno funcionamento, sendo oito na Linha 1, sete na Linha 2 e mais de 20 quilômetros de via.

Em 25 de julho de 2017, foi assinado o Termo Aditivo nº 4 ao Contrato de Concessão, cujas principais alterações foram:

- Reequilíbrios econômico-financeiro do Contrato em decorrência de investimentos não previstos (R\$ 172.936 – base 04/2013);
- Reprogramação de alguns eventos de aportes e de marcos operacionais, a fim de garantir uma maior eficiência na prestação do serviço e no recebimento dos aportes de recursos.

Em 11 de setembro de 2017, a Companhia inaugurou mais quatro novas estações da Linha 2 (Flamboyant, Tamburugy, Bairro da Paz e Mussurunga), totalizando dezenove estações em pleno funcionamento, sendo oito na Linha 1, onze na Linha 2 e 29 quilômetros de via em operação. Além disso, concluiu a reforma do Terminal de Ônibus Mussurunga.

Em 11 de outubro de 2017, por decisão do Poder Concedente, foi efetuada amortização antecipada de parte das contraprestações ajustadas no Aditivo 4 ao Contrato de Concessão, no montante de R\$ 100.000, sendo que os saldos remanescentes foram considerados no Termo Aditivo nº 5 ao Contrato de Concessão assinado em 04 de junho de 2018.

Em 04 de janeiro de 2018, foi inaugurado o terminal de integração de ônibus de Rodoviária Norte, pertencente a Linha 2.

Em 23 de março de 2018, foi inaugurado o terminal de integração de ônibus de Pituaçu, pertencente à Linha 2.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 26 de abril de 2018, a Companhia inaugurou a estação Aeroporto, pertencente à Linha 2, bem como o serviço de “*shuttle*”, composto por um sistema de coletivos integrados para levar passageiros até terminal aéreo.

Em 04 de junho de 2018, foi assinado o Termo Aditivo nº 5 ao Contrato de Concessão, que ratificou o montante de contraprestação anual marginal a ser pago pelo Poder Concedente com o desmembramento das contraprestações anuais marginais 4, 5 e 6 para as contraprestações 7, 8 e 9, respectivamente, e após o pagamento antecipado de R\$ 100.000 em 11 de outubro de 2017, o qual havia sido firmado no Termo de Compromisso celebrado em 25 de julho de 2017, para fins de amortização de investimentos reequilibrados no Termo Aditivo nº 4. Essa antecipação de pagamento quitou integralmente a contraprestação anual marginal 3 e parcialmente as contraprestações anuais marginais 4 e 6.

Em 08 de agosto de 2018, foi inaugurado o terminal de integração de ônibus de Aeroporto, pertencente a Linha 2.

Em 07 de fevereiro de 2019, foi assinado o Termo Aditivo nº 6 ao Contrato de Concessão, o qual promoveu alterações nas obrigações contratuais referentes à investimentos, redefinição das contraprestações incluindo 3 contraprestações marginais, redefinição do cronograma de Eventos de Aporte e Marcos Operacionais, inclusão da operação transitória do Marco Operacional 7 e início da operação plena do SMSL.

Em 28 de fevereiro de 2019, foram assinados os Termos de Recebimento Definitivo dos Marcos Operacionais 3, 4, 5 e 6, além do Termo de Recebimento Final do SMSL, dando então início à Operação Plena.

Em 16 de março de 2020, foi assinado o Termo Aditivo nº 7 ao Contrato de Concessão, o qual promoveu alterações nas obrigações contratuais referentes à investimentos, redefinição das contraprestações, alterações econômico-financeira e redefinição do cronograma de Eventos de Aporte e Marcos Operacionais.

Em 15 de outubro de 2020, foi assinado o Termo Aditivo nº 8 ao Contrato de Concessão, com a repactuação de contraprestações e investimentos estabelecidos no Termo Aditivo nº 7, com a reprogramação de periodicidade e prazo do Risco Compartilhado de Demanda, reequilíbrio de novo escopo de investimento, solicitação da Companhia para instauração da Comissão de Acompanhamento e novas condições para integração metropolitana.

1.1. Efeitos da pandemia do COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) era uma emergência de saúde global, passando a ser considerado pandemia em anúncio feito pela OMS em 11 de março de 2020. A pandemia desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e estão gerando impactos relevantes na Companhia.

A Companhia tem acompanhado diariamente a movimentação e, até 31 de dezembro de 2020, verificou o seguinte resultado em termos de passageiros transportados:

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passageiros	
12/março/2020 a 31/dezembro/2020	01/janeiro/2020 a 31/dezembro/2020
vs	vs
12/março/2019 a 31/dezembro/2019	01/janeiro/2019 a 31/dezembro/2019
-59,7%	-43,2%

A Controladora Indireta (CCR S.A.) instalou comitê de crise, conforme divulgado no Fato Relevante de 18 de março de 2020, para avaliar o impacto da pandemia sobre seus negócios e sobre as pessoas, e vem tomando as medidas necessárias diante dos eventos que vão se sucedendo. Abaixo demonstramos as principais análises e suas respectivas conclusões para os principais possíveis impactos sobre essas demonstrações financeiras:

Avaliação de continuidade operacional

- Atualmente, revisamos e elaboramos mensalmente (semanalmente no início da quarentena e depois quinzenalmente) cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos. Em tais cenários, não se identificou problemas relacionados à liquidez ou à quebra de *covenants* da Companhia.
- O evento da pandemia tem causado elevada volatilidade nos mercados financeiros, inclusive no câmbio, onde foi possível constatar importante depreciação do Real frente ao Dólar norte-americano. A Companhia não possui exposição cambial importante.

Na revisão dos fluxos de caixa foram consideradas as medidas, abaixo elencadas, que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e aumento de liquidez, diante a situação de crise. São elas:

- Contenção de despesas, priorização de investimentos;
- Adoção da MP 936/2020, com o intuito de preservar empregos, reduzindo o salário e carga horária de todo o pessoal de liderança em 25%, pelo prazo de 3 meses, com início em maio de 2020, e suspendendo o contrato de trabalho por período de tempo determinado de parte colaboradores do grupo de liderados; e
- Sob o ponto de vista dos financiamentos, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançou programa emergencial, promovendo a suspensão do pagamento das prestações dos financiamentos pela Companhia, entre abril de 2020 e março de 2021, sendo que os valores das prestações suspensas foram incorporados ao saldo devedor e redistribuídos nas parcelas restantes da dívida, mantido o termo final do contrato. A suspensão é válida para contratos de financiamentos diretos com o BNDES. Foi obtida a aprovação para a Companhia.

Avaliação de ativos não financeiros e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Sob o ponto de vista regulatório nacional, a Companhia entende que o seu contrato de concessão está resguardado por cláusulas de proteção contra eventos de força-maior e/ou casos fortuitos, além do contrato possuir cláusulas de mitigação de frustração de demanda.

A Companhia obteve parecer de consultor jurídico independente, corroborando o entendimento dela com relação às proteções do contrato de concessão acima mencionado e sobre o evento da pandemia do COVID-19 ser classificado como evento de força-maior.

Ainda sob o ambiente regulatório, a Advocacia Geral da União (AGU), emitiu o parecer nº 261/2020, à Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, onde conclui pelo

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

direito dos concessionários a terem seus contratos de concessão reequilibrados pela decorrência dos impactos da referida pandemia.

Sendo assim, a Companhia avalia que o contrato será reequilibrado pelos efeitos advindos da pandemia e tais reequilíbrios seriam suficientes para a recuperação dos ativos não monetários e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Avaliação de ativos financeiros

Sob o ponto de vista dos ativos financeiros a receber do Poder Concedente, não foi identificado, até o momento, aumento do risco de crédito das contrapartes, sendo que os compromissos vêm sendo substancialmente honrados até o momento.

Desta forma, não foram identificadas condições que justificassem a constituição de provisão para perdas ao valor recuperável nos ativos, principalmente, relacionado a realização de contas a receber e ativo financeiro.

Diante de possíveis cenários de extensão do isolamento social e consequente alongamento de restrições de liquidez do mercado, a Companhia acredita, até o momento, que possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos.

Adicionalmente, tendo em vista uma potencial queda significativa de sua geração de resultado a Companhia, como já dito acima, vem realizando diferentes iniciativas, visando readequar sua estrutura de custos e de capital para o novo momento econômico que o Brasil e o mundo passam.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) Moeda estrangeira

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados, exceto quanto às diferenças cambiais resultantes da conversão de *hedge* de fluxos de caixa qualificado e efetivo, que são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

b) Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas metroviárias são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes do metrô.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*)

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com moeda estrangeira e juros como *hedge* de fluxo de caixa.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

A nota explicativa nº 20 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

Hedge de fluxo de caixa: *hedge* de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido (tal como todos ou alguns dos futuros pagamentos de juros sobre uma dívida de taxa variável) ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica *hedge* de fluxo de caixa, no patrimônio líquido e limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. As perdas ou ganhos relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício.

Quando a transação objeto de *hedge* prevista, resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como um ativo intangível, o valor acumulado na rubrica *hedge* de fluxo de caixa é incluído diretamente no custo inicial do item não financeiro quando este é reconhecido. O mesmo procedimento se aplica a operações de *hedge* descontinuadas, até o momento em que isso ocorrer.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*.

Quando não se espera mais que a transação objeto de *hedge* prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

- Aplicações financeiras

Referem-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 11.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item “m”.

Os ativos em fase de construção são classificados como Intangível em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia;
- ou

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

- **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de usuários do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

- i) Provisões*

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) *Receitas e despesas financeiras*

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

k) *Benefícios a empregados*

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

l) *Imposto de renda e contribuição social*

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de passageiros, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

m) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 - R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar dos usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo da concessão metroviária, tendo sido adotada a curva estimada de passageiros como base para a amortização.

n) Arrendamento mercantil

O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários.

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual, valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual e o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

o) Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2020, as seguintes novas normas:

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Definição de negócio – Alterações ao CPC 15

Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.

As alterações introduzem um teste de concentração opcional que permite uma avaliação simplificada sobre se um conjunto adquirido de atividades e ativos não é um negócio. De acordo com o teste de concentração opcional, o conjunto adquirido de atividades e ativos não é um

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

negócio se substancialmente a totalidade do valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrada em um único ativo identificável ou grupo de ativos similares.

Definição de Materialidade - Alterações ao CPC 26 (R1) e CPC 23

Altera a definição de “material” estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.

Reforma da taxa de juros de referência - Alterações ao CPC 48, CPC 08 e CPC 40

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de *hedge* decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40 e CPC 11 relacionados a mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros e contabilidade de *hedge*.

Arrendamentos – Alterações ao CPC 06 (R2):

Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos de arrendamento em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando o CPC 06 como se fosse uma modificação de arrendamento.

Este expediente é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorrida como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:

- a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança;
- b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021); e
- c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento.

p) Novas normas ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos em 31 de dezembro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06)
- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 - alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06
- Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato - alterações ao CPC 25
- Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido - alterações ao CPC 27
- Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 11 de março de 2021, foi autorizada pelo Conselho da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota

2m	Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 - R1)
9b	Impostos diferidos
12	Intangível e intangível em construção
16	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários
20	Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

- Derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de NDF (*non deliverable forward*), que visam à proteção contra riscos cambiais.

Operações de NDF de moeda

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir estão apresentados as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto ao Poder Concedente, que potencialmente sujeitam a Companhia a concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) relativo aos financiamentos e do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativo às debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nºs 6, 13, 14 e 20.

As tarifas da concessão são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 20.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional do negócio, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas na respectiva nota explicativa.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores incluem pagamento de juros contratuais:

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Entre 2 e 3 anos</u>	<u>Entre 3 e 4 anos</u>	<u>Acima de 4 anos</u>
Financiamentos (a)	343.878	338.995	338.995	338.995	6.045.414
Nota promissória (a)	59.981	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	71.363	-	-	-	-
Fornecedores - partes relacionadas	3.292	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e bancos	2.610	321
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	<u>121.683</u>	<u>3.926</u>
Total - Caixa e equivalentes de caixa	<u>124.293</u>	<u>4.247</u>
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante		
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	<u>49.613</u>	<u>63.448</u>
Total - Circulante	<u>49.613</u>	<u>63.448</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas, em média, à taxa de 96,56% do CDI, equivalente a 2,67% ao ano (98,47% do CDI, equivalente a 5,85% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2019).

7. Contas a receber

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante		
Receitas tarifárias (a)	24.343	34.283
Receitas de mitigação de demanda (b)	76.891	118.403
Receitas acessórias (c)	<u>638</u>	<u>572</u>
	101.872	153.258
Provisão para perda esperada - contas a receber (d)	<u>(79)</u>	<u>(46)</u>
	<u>101.793</u>	<u>153.212</u>
Não Circulante		
Receitas de mitigação de demanda (b)	<u>235.436</u>	<u>39.467</u>
	<u>235.436</u>	<u>39.467</u>

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Idade de Vencimento dos Títulos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Créditos a vencer	336.637	192.528
Créditos vencidos até 60 dias	85	140
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	507	11
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	-	41
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>79</u>	<u>5</u>
	<u>337.308</u>	<u>192.725</u>

- (a) Créditos a receber da Companhia Metropolitana da Bahia decorrentes de serviços prestados aos usuários;
- (b) Refere-se a créditos a receber do Poder Concedente, em razão de demanda realizada a menor em comparação à demanda projetada no anexo 8 do contrato de concessão, decorrente de cláusula de mitigação de risco de demanda;

O saldo de contas a receber, em 31 de dezembro de 2020, pela mitigação de risco de demanda corresponde a R\$ 76.891 relativo ao 1º ano de Operação Plena (período de 1º/03/2019 a 29/02/2020) e R\$ 235.436 relativo ao 2º ano de Operação Plena (período de 1º/03/2020 a 31/12/2020). Em relação ao 1º ano de Operação Plena, o Poder Concedente manifestou-se de maneira divergente ao previsto no contrato de concessão e entendeu que o valor devido seria de R\$ 83.881, dos quais já foram pagos R\$ 6.990 em 20 outubro de 2020, diferentemente do entendimento da concessionária e seus assessores legais, cujo montante seria de R\$ 187.283. A solução dessa controvérsia está em andamento, sendo que será implantada Comissão de Acompanhamento, prevista em contrato, ou ainda eventualmente a controvérsia poderá ser encaminhada aos mecanismos de arbitragem previstos no contrato. Em relação ao 2º ano de Operação Plena ainda não houve manifestação formal pelo Poder Concedente quanto ao valor apurado, entretanto é adotada a metodologia do Verificador Independente. Em dezembro de 2020, a diferença de R\$ 110.392, a qual refere-se à parte controversa entre a Companhia e o Poder Concedente sobre o 1º ano de Operação Plena do SMSL foi estornada do contas a receber enquanto as partes discutem a controvérsia.

Em 15 de outubro de 2020, foi assinado o Termo Aditivo nº 8 o qual estabelece a forma e prazo para recebimento da parcela incontroversa relativa aos 1º e 2º anos de Operação Plena, conforme detalhado abaixo:

- Alteração da obrigação contratual (prazo) referente às diretrizes da implantação do Terminal Rodoviária Sul (Evento de Aporte 16B);
- Redefinição de três contraprestações marginais nºs (8, 12 e 13) a serem pagas pelo Poder Concedente em 59 parcelas de R\$ 1.354, a partir de fevereiro de 2021;
- Inclusão de Contraprestação Marginal nº 14, a ser paga em parcela única de R\$ 233 em fevereiro de 2021, referente às alterações no Terminal de Integração Pirajá;
- Periodicidade e prazo de pagamento do valor relativo ao Risco Compartilhado de demanda, referente aos 1º e 2º anos de Operação Plena; e
- Reconhecimento da diferença retroativa de R\$ 10.581 referente à integração metropolitana com o SMSL.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Baseado no estágio das negociações e tratativas comerciais em andamento atualmente mantidas entre a Companhia e o Poder Concedente, não são esperadas perdas referentes aos créditos a receber do Poder Concedente;

- (c) Créditos de receitas acessórias (locação de painéis publicitários e aluguel de espaços) previstas nos contratos de concessão; e
- (d) A provisão para perda esperada – contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.

8. Ativo financeiro

	2019		2020				Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Recebimento	Remuneração	Transferências	Outros	
Circulante							
Aporte público (i)	20.128	4.445	-	(5.461) (c)	-	(13.210) (a)	5.902
Contraprestação pecuniária - parcela fixa (ii)	195.844	127.350	(244.442)	4.980	135.539	1.559 (b)	220.830
Total ativo circulante	215.972	131.795	(244.442)	(481)	135.539	(11.651)	226.732
Não circulante							
Contraprestação pecuniária - parcela fixa (ii)	1.723.644	7.757	-	232.577	(135.539)	-	1.828.439
Total não circulante	1.723.644	7.757	-	232.577	(135.539)	-	1.828.439

Refere-se ao direito contratual de receber aporte público e contraprestação pecuniária do Poder Concedente, como parte da remuneração de implantação de infraestrutura, sendo que os valores são registrados pelo seu valor presente, calculados pela taxa interna de retorno do contrato, à medida da evolução física das melhorias efetuadas.

O recebimento será da seguinte forma: (i) aporte público: ao término da implantação de cada evento operacional e (ii) contraprestação pecuniária – parcela fixa: após o início das operações e mensalmente de forma crescente até o término da concessão.

- (a) Refere-se a reprogramação do fluxo de caixa a valor presente conforme Termo Aditivo Modificativo nº 7.
- (b) Refere-se ao valor de desapropriação e reassentamento, com base no disposto na subcláusula 8.8.4 do Contrato de Concessão.
- (c) A variação negativa refere-se à queda do IPCA no ano.

Cronograma de recebimento – não circulante

2022	199.190
2023	183.979
2024	168.091
2025	153.590
2026 em diante	1.123.589
	<u>1.828.439</u>

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2020	2019
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	34.819	(3.845)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(11.838)	1.307
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(288)	141
Despesas indedutíveis	(464)	(329)
Outros ajustes tributários	1	7
(Despesa)/Receita de imposto de renda e contribuição social	<u>(12.589)</u>	<u>1.126</u>
Impostos diferidos	<u>(12.589)</u>	<u>1.126</u>
	<u>(12.589)</u>	<u>1.126</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>36,16%</u>	<u>29,28%</u>

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	Saldo em 2020				
	2019	Reconhecido no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	653.614	55.765	709.379	709.379	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	2.593	(2.145)	448	448	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	16	35	51	51	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	425	8	433	433	-
Déficit com receita tarifária	4.393	(122)	4.271	4.271	-
Resultado de operações com derivativos	4.527	(1)	4.526	4.526	-
Receita de remuneração de ativos financeiros	(330.093)	(61.581)	(391.674)	-	(391.674)
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	(252.234)	(4.682)	(256.916)	-	(256.916)
Outros	124	134	258	258	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	83.365	(12.589)	70.776	719.366	(648.590)
Compensação de imposto	-	-	-	(648.590)	648.590
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	<u>83.365</u>	<u>(12.589)</u>	<u>70.776</u>	<u>70.776</u>	<u>-</u>

	Saldo em 2019					
	2018	Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	580.536	73.078	-	653.614	653.614	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	3.361	(768)	-	2.593	2.593	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	4	12	-	16	16	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	84	341	-	425	425	-
Déficit com receita tarifária	3.748	645	-	4.393	4.393	-
Resultado de operações com derivativos	4.376	-	151	4.527	4.527	-
Receita de remuneração de ativos financeiros	(265.461)	(64.632)	-	(330.093)	-	(330.093)
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	(244.628)	(7.606)	-	(252.234)	14.227	(266.461)
Outros	68	56	-	124	124	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	82.088	1.126	151	83.365	679.919	(596.554)
Compensação de imposto	-	-	-	-	(596.554)	596.554
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	<u>82.088</u>	<u>1.126</u>	<u>151</u>	<u>83.365</u>	<u>83.365</u>	<u>-</u>

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

2021	15.553
2022	31.984
2023	43.184
2024	47.414
2025	53.800
2026 em diante	<u>517.444</u>
	<u><u>709.379</u></u>

(b) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do regime tributário de transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo diferente do acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2020 e 2019, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, seus controladores, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações			Saldos	
	2020			2020	
				Ativo	Passivo
	Despesas/custos com serviços prestados	Imobilizado /Intangível	Receitas brutas	Contas a receber	Fornecedores
Controladora					
CCR	3.162 (a)	-	-	8 (c)	317 (a) (c)
CPC	4.015 (b)	920 (b)	-	193 (c)	343 (b)
Outras partes relacionadas					
RodoNorte	-	-	-	6 (c)	61 (c)
ViaQuatro	-	-	-	-	115 (c)
Samm	220 (e)	-	-	-	5 (e)
Barcas	-	-	-	20 (c)	-
Instituto CCR	128 (f)	-	-	-	-
ViaMobilidade	-	-	-	24 (c)	-
CCR ViaSul	-	-	-	10 (c)	18 (c)
Consórcio Mobilidade Bahia	493 (d)	4.173 (d)	-	-	2.661 (d)
Camargo Correa Infra Construções S.A	-	-	225 (g)	27 (g)	-
Total	<u>8.018</u>	<u>5.093</u>	<u>225</u>	<u>288</u>	<u>3.520</u>

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Transações			Saldos	
	2019			2019	
	Despesas/custos com serviços prestados	Imobilizado /Intangível	Receitas brutas	Ativo Contas a receber	Passivo Fornecedores e outras contas a pagar
Controladora					
CCR	3.097 (a)	-	-	-	242 (a)
CPC	3.859 (b)	-	-	-	302 (b)
Outras partes relacionadas					
Barcas	-	-	-	-	9 (c)
Samm	237 (e)	-	-	-	-
ViaSul	-	-	-	18 (c)	-
ViaQuatro	-	-	-	15 (c)	-
ViaMobilidade	-	-	-	14 (c)	12 (c)
Consórcio Mobilidade Bahia	138 (d)	3.375 (d)	-	-	2.891 (d)
Camargo Correa Infra Construções S.A	-	-	47 (g)	16 (g)	-
Total	7.331	3.375	47	63	3.456

Despesas com profissionais chave da administração

	2020	2019
Remuneração (h):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.793	1.175
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	265	2.068
Reversão de provisão de PPR do ano anterior pago no ano	(1.148)	(2.019)
Previdência privada	6	-
Seguro de vida	3	3
	919	1.227

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	2020	2019
Remuneração dos administradores (h)	861	2.142

Na Assembleia Geral Ordinária realizada (AGO) em 14 de abril de 2020, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 3.100, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

- a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujo vencimento se dá no mês seguinte ao do faturamento;
- b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- c) Refere-se aos encargos de folha de pagamento relativos à transferência de colaboradores, cujo vencimento se dá no mês subsequente a emissão do documento;

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- d) A Companhia e o Consórcio Mobilidade Bahia firmaram, em 13 de junho de 2014, contrato por administração sob regime de aliança com o objetivo de alcançar a melhor relação custo/benefício para a execução da expansão do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas

Tendo em vista a conclusão do escopo do Contrato, as Partes, em 14 de novembro de 2018, formalizaram o Termo de Encerramento de Aliança, o qual estabeleceu o fim da aliança e definiu os procedimentos e responsabilidades a serem observados pelas Partes em relação ao encerramento.

Dentre as responsabilidades assumidas pela Companhia estão:

- Pagar os funcionários da aliança afastados e das respectivas verbas rescisórias após término do período de afastamento, de acordo com as cláusulas do termo de encerramento;
 - Gerir os contratos assumidos e as relações contratuais com os fornecedores que são parte nos contratos assumidos;
 - Pagar ao consórcio os valores correspondentes aos desembolsos materializados relativos aos contratos assumidos.
- e) Contrato de prestação de serviços de transmissão de dados e internet, cujos valores são liquidados todo dia 20 do mês seguinte ao do faturamento;
- f) Doação para auxiliar o custeio das atividades e projetos sociais a serem desenvolvidos pelo Instituto CCR;
- g) Contrato de cessão de espaço firmado em 07 de agosto de 2019 com a Camargo Corrêa Infra Construções, com vencimento em 30 de março de 2022; e
- h) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

11. Ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2019		2020	
		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo					
Móveis e utensílios		13.585	-	(132)	13.453
Máquinas e equipamentos		32.179	-	1.053	33.232
Veículos		5.769	-	347	6.116
Instalações e edificações		455	-	-	455
Sistemas operacionais		169	-	-	169
Imobilizações em andamento		925	2.712	(2.289)	1.348
Total custo		53.082	2.712	(1.021)	54.773
Valor de depreciação					
Móveis e utensílios	10	(2.867)	(1.353)	1	(4.219)
Máquinas e equipamentos	10	(5.838)	(3.490)	-	(9.328)
Veículos	22	(3.854)	(764)	-	(4.618)
Instalações e edificações	(b)	(455)	-	-	(455)
Sistemas operacionais	11	(12)	(22)	-	(34)
Total de depreciação		(13.026)	(5.629)	1	(18.654)
Total geral		40.056	(2.917)	(1.020)	36.119

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxa média anual de depreciação %	2018		2019		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo						
Móveis e utensílios		11.104	-	-	2.481	13.585
Máquinas e equipamentos		7.816	-	-	24.363	32.179
Veículos		5.749	-	(187)	207	5.769
Instalações e edificações		398	-	-	57	455
Sistemas operacionais		30	-	-	139	169
Imobilizações em andamento		30.506	1.099	(568)	(30.112)	925
Total custo		55.603	1.099	(755)	(2.865)	53.082
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	10	(1.650)	(1.217)	-	-	(2.867)
Máquinas e equipamentos	10	(2.900)	(2.938)	-	-	(5.838)
Veículos	23	(3.055)	(955)	156	-	(3.854)
Instalações e edificações	(b)	(398)	(57)	-	-	(455)
Sistemas operacionais	11	(9)	(3)	-	-	(12)
Total depreciação		(8.012)	(5.170)	156	-	(13.026)
Total geral		47.591	(4.071)	(599)	(2.865)	40.056

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível; e
(b) Bens totalmente depreciados.

12. Intangível e intangível em construção

	Taxa média anual de amortização %	2019		2020		
		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		2.900.941	-	42.021	(74.097)	2.868.865
Direitos de uso de sistemas informatizados		8.009	-	2.173	-	10.182
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		297	1.405	(1.696)	-	6
Intangível		2.909.247	1.405	42.498	(74.097)	2.879.053
Intangível em construção		20.349	62.367	(41.477)	(20.470)	20.769
Total do custo		2.929.596	63.772	1.021	(94.567)	2.899.822
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura	(c)	(156.527)	(86.973)	(1)	-	(243.501)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(3.613)	(1.550)	-	-	(5.163)
Total amortização		(160.140)	(88.523)	(1)	-	(248.664)
Total geral		2.769.456	(24.751)	1.020	(94.567)	2.651.158
		2018		2019		
	Taxa média anual de amortização %	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Outros	Saldo final
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		2.385.527	1.839	519.628	(6.053)	2.900.941
Direitos de uso de sistemas informatizados		5.064	-	2.945	-	8.009
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		-	550	(253)	-	297
Intangível		2.390.591	2.389	522.320	(6.053)	2.909.247
Intangível em construção		493.891	15.302	(519.455)	30.611	20.349
Total do custo		2.884.482	17.691	2.865	24.558	2.929.596
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura	(c)	(72.415)	(84.112)	-	-	(156.527)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(2.370)	(1.243)	-	-	(3.613)
Total amortização		(74.785)	(85.355)	-	-	(160.140)
Total geral		2.809.697	(67.664)	2.865	24.558	2.769.456

- (a) Reclassificação do ativo imobilizado para o intangível;
(b) O valor de R\$ 94.567 refere-se à: (i) redução por transferência de saldo para o ativo financeiro no montante de R\$ 93.057 relativos a obras realizadas e (ii) redução decorrente de ressarcimento de obras efetuadas no montante R\$ 1.510; e
(c) Amortização pela curva de benefício econômico.

Não houve custos capitalizáveis nos exercícios de 2020 e 2019.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custo de transação incorrido	Saldos dos custos a apropriar em 2020	Vencimento final	2020	2019	
<u>Em moeda nacional</u>								
1. BNDES - FINEM II	TJLP + 3,18% a.a.	3,4364% (a)	43.108	30.382	Outubro de 2042	2.504.602	2.369.791	(b) (c) (d)
1. BNDES	TJLP	N/I	-	-	Outubro de 2042	3.220	-	(b) (c) (d)
2. BNDES - FINEM II	TJLP + 4% a.a.	4,3450% (a)	13.085	10.491	Outubro de 2042	674.899	634.410	(b) (c) (d)
3. BNDES	TJLP + 3,40% a.a.	3,4979% (a)	8.871	8.708	Outubro de 2042	424.463	399.877	(b) (c) (d)
Total geral				49.581		3.607.184	3.404.078	
Circulante								
Financiamentos						75.395	63.004	
Custos de transação						(3.368)	(3.452)	
						72.027	59.552	
Não Circulante								
Financiamentos						3.581.370	3.394.356	
Custos de transação						(46.213)	(49.830)	
						3.535.157	3.344.526	

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

Garantias:

- (b) Garantia real.
(c) Suporte de capital da CCR (*Equity Support Agreement - ESA*) e fiança CCR até o *completion*.
(d) Cessão de contas bancárias, indenizações e recebíveis.

Cronograma de desembolso (não circulante)

	2020
2021	-
2022	72.832
2023	78.582
2024	84.786
2025 em diante	3.336.649
	3.572.849

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

- Em 09 de dezembro de 2015, foi assinado contrato de financiamento mediante abertura de crédito com o BNDES, no valor total de R\$ 2.013.678, com vencimento em 15 de outubro de 2042, sendo R\$ 1.622.378 do Subcrédito A, R\$ 388.300 do Subcrédito B e R\$ 3.000 do Subcrédito C.

Os Subcréditos A e B serão remunerados pela TJLP + 3,18% a.a. e o Subcrédito C pela TJLP. O principal será pago em parcelas mensais entre 15 de abril de 2018 e 15 de outubro de 2042.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os juros serão capitalizados trimestralmente até 15 de março de 2018 e serão exigíveis mensalmente com as parcelas de amortização do principal.

As liberações ocorreram conforme demonstrado abaixo:

Nº da liberação	Data da liberação	Subcrédito "A"	Subcrédito "B"	Subcrédito "C"	Total
1ª	21/12/2015	R\$ 360.279	R\$ 90.702	-	R\$ 450.981
2ª	23/12/2015	R\$ 481.000	R\$ 119.000	-	R\$ 600.000
3ª	23/02/2016	R\$ 85.000	R\$ 70.000	-	R\$ 155.000
4ª	28/06/2016	R\$ 187.000	-	-	R\$ 187.000
5ª	12/08/2016	R\$ 110.000	-	-	R\$ 110.000
6ª	17/10/2016	R\$ 120.000	-	-	R\$ 120.000
7ª	12/12/2016	R\$ 20.017	R\$ 70.059	-	R\$ 90.076
8ª	09/02/2017	-	R\$ 90.000	-	R\$ 90.000
9ª	11/04/2017	R\$ 45.000	R\$ 5.000	-	R\$ 50.000
10ª	17/07/2017	R\$ 85.000	R\$ 15.000	-	R\$ 100.000
11ª	08/09/2017	R\$ 34.000	-	-	R\$ 34.000
12ª	13/11/2017	R\$ 13.000	-	-	R\$ 13.000
13ª	15/12/2017	R\$ 18.240	R\$ 4.391	-	R\$ 22.631
14ª	21/02/2020	-	-	R\$ 3.109	R\$ 3.109
Total		R\$ 1.558.536	R\$ 464.152	R\$ 3.109	R\$ 2.025.797

Em 18 de dezembro de 2017, foi assinado o 1º aditivo ao contrato, cujas principais alterações foram: substituição do suporte da CCR na Fase I pela fiança corporativa da CCR e a inclusão de restrição de redução de capital social.

- Em 18 de dezembro de 2017, foi assinado contrato de financiamento com o BNDES, no valor nominal total de R\$ 640.000, com vencimento em 15 de outubro de 2042 e em Subcrédito único.

Os recursos são remunerados pela TJLP + 4% a.a.. O principal será pago em parcelas mensais entre 15 de agosto de 2019 e 15 de outubro de 2042. Os juros serão pagos trimestralmente até 15 de julho de 2019 e mensalmente a partir de 15 de agosto de 2019.

As liberações já efetuadas do empréstimo (em moeda corrente), ocorreram conforme demonstrado abaixo:

Nº da liberação	Data da liberação	Valor
1ª	27/12/2017	R\$ 409.600
2ª	21/02/2018	R\$ 147.500
3ª	09/05/2018	R\$ 40.395
4ª	25/09/2018	R\$ 30.000
5ª	18/04/2019	R\$ 12.932
Total		R\$ 640.427

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Em 26 de dezembro de 2018, foi assinado contrato de financiamento com o BNDES, no valor nominal total de R\$ 400.000, com vencimento em 15 de outubro de 2042 e com Subcrédito único.

Ocorreu liberação do crédito em 14 de fevereiro de 2019. Os recursos são remunerados pela TJLP + 3,4% a.a.. O principal será pago em parcelas mensais entre 15 de fevereiro de 2021 e 15 de outubro de 2042. Os juros serão pagos trimestralmente até 15 de janeiro de 2021 e mensalmente a partir de 15 de fevereiro de 2021.

Em 14 de abril de 2020, foi aprovada pelo BNDES a suspensão do pagamento das parcelas de principal e dos juros remuneratórios dos financiamentos descritos nos itens 1, 2 e 3, por 6 (seis) meses, no período compreendido entre 15 de abril de 2020 e 15 de setembro de 2020, sem alteração do termo final do prazo de amortização e sem alteração da taxa de juros.

Em 14 de outubro de 2020, foi aprovada pelo BNDES a renovação da suspensão do pagamento das parcelas de principal e dos juros remuneratórios dos financiamentos, por mais 6 (seis) meses, no período compreendido entre 15 de outubro de 2020 e 15 de março de 2021, sem alteração do termo final do prazo de amortização e sem alteração da taxa de juros.

Os financiamentos descritos nos itens 1, 2 e 3, acima, contam com as seguintes garantias:

(a) Cessão fiduciária do(s) direito(s):

- Ao recebimento da totalidade da receita tarifária, da contraprestação e das receitas extraordinárias;
- Emergentes do Contrato de PPP, exceto os valores relativos ao Aporte Público;
- Detidos contra o Banco Bradesco, banco depositário, relativos aos depósitos a serem realizados e aos recursos existentes nas contas correntes de titularidade da Concessionária;
- Em face do Agente de Pagamento, emergentes do Contrato de Nomeação de Agente de Pagamento e Administração de Contas, celebrado entre Banco do Brasil (Agente de Pagamento), a Desenhahia e o Estado da Bahia, com adesão da Companhia;
- Oriundos do Contrato de Garantia firmado entre a Companhia, a CEF (Agente Financeiro), o Fundo Garantidor Baiano de Participações (representado pelo Desenhahia) e o Estado da Bahia;
- Em face do Agente de Liquidação, emergentes do contrato celebrado entre a Companhia e o Banco Santander (Agente de Liquidação); e
- Em face aos Agentes Arrecadores, emergentes dos contratos celebrados individualmente entre a Companhia e a Prosegur, o Transcard, a Getnet, o Metropasse e a CEF.

(b) Penhor de 100% das ações da Companhia, detidas pela CPC.

(c) Fiança corporativa da CCR, até o final da liquidação dos contratos de financiamentos, pelo pagamento de todas as obrigações assumidas pela Companhia.

A CCR será liberada da fiança corporativa após a observação por dois exercícios consecutivos completos, contados do início da Operação Plena do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas (SMSL), do ICSD maior ou igual a 1,3, sendo que o ICSD é igual ao EBITDA Ajustado/Serviço da Dívida, e relação Patrimônio Líquido/Ativo maior ou igual a 20%.

A partir das demonstrações financeiras relativas ao primeiro exercício completo após o início da operação plena, cada apuração de ICSD $\leq 1,10$, acarretará acréscimo de 1 ano ao prazo de vigência da Fiança Corporativa.

Adicionalmente, os financiamentos também contam com os seguintes suportes da Controladora CCR:

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) A partir da declaração de extinção da fiança corporativa, aportar recursos na conta reserva da concessionária, para restabelecer o saldo mínimo de reserva correspondente ao serviço da dívida dos três períodos seguintes, sempre que houver inadimplemento do Poder Concedente no pagamento da contraprestação pecuniária.

O suporte descrito acima se encerra após: (i) a observação por dois exercícios consecutivos completos, contados a partir da liberação da fiança corporativa, de ICSD Ajustado maior ou igual a 1,1, sendo que o ICSD Ajustado é igual ao EBITDA Ajustado - Receita de Contraprestação/Serviço da Dívida; e (ii) quando for formalizado o procedimento a ser seguido para que os recursos arrecadados pelo Consórcio Transcard, que faz gestão do sistema de arrecadação operado pelos ônibus municipais, que sejam de direito da Companhia, sejam depositados na câmara de compensação.

As garantias prestadas pela Companhia serão compartilhadas entre os financiamentos celebrados com o BNDES.

Durante toda a vigência do contrato de longo prazo, a Companhia não poderá distribuir quaisquer recursos à acionista ou a qualquer outra empresa integrante do seu grupo econômico, sob a forma de dividendos, à exceção dos dividendos mínimos legais, juros sobre capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida, redução de capital, pró-labore, participação nos resultados e honorários a qualquer título, bem como pagamentos referentes a contratos com empresas do grupo econômico, exceto pelos contratos já negociados com o BNDES, caso ICSD seja inferior a 1,3.

14. Nota promissória

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 2020	Vencimento final	2020	2019
1. 2a Emissão - Série única	CDI + 0,76% a.a.	1,3207% (a)	321	27	Janeiro de 2021	59.885	- (b)
Circulante							
Nota promissória						59.912	-
Custos de transação						(27)	-
						<u>59.885</u>	<u>-</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se a taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

Garantia:

- (b) Aval / fiança da CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta.

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de notas promissórias, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente:

1. Em 17 de janeiro de 2020, ocorreu a 2ª emissão de notas promissórias comerciais, cujos recursos foram utilizados para reforço de caixa. O valor da emissão foi de R\$ 58.000, com custo de CDI + 0,76% a.a. e vencimento de principal e juros em 16 de janeiro de 2021. A emissão conta com aval da CCR.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Fornecedores

	2020	2019
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais	67.154	117.429
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros	14	-
Cauções e retenções contratuais	2.318	2.365
	69.486	119.794

16. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e previdenciárias.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2019		2020			Saldo final
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização de bases processuais e monetária	
Não circulante						
Cíveis	644	2.007	(349)	(2.372)	322	252
Trabalhistas e previdenciárias	605	1.136	(158)	(600)	37	1.020
	1.249	3.143	(507)	(2.972)	359	1.272

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2020	2019
Cíveis e administrativos	3.227	268
Trabalhistas e previdenciários	1.029	1.083
	4.256	1.351

17. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.745.342 dividido em 1.745.342.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Receitas operacionais

	2020	2019
Receitas metroviárias	172.319	270.100
Receitas de remuneração de ativo financeiro	232.144	229.063
Receitas de construção (ICPC 01)	59.706	98.625
Receitas de contraprestação pecuniária variável	33.284	31.945
Receitas de locação de espaço com partes relacionadas	225	47
Receita de mitigação de demanda	161.448	157.869
Receitas acessórias	8.600	9.513
Receita bruta	667.726	797.162
Impostos sobre receitas	(1.088)	(1.172)
Devoluções e abatimentos	(9)	(12)
Deduções das receitas brutas	(1.097)	(1.184)
Receita líquida	666.629	795.978

A rubrica Receita de mitigação de demanda está reduzida no montante de R\$ 110.392, pela reversão de receitas registradas em 2019, referente à parcela controversa da receita de mitigação de demanda entre a Companhia e o Poder Concedente sobre o 1º ano de Operação Plena do SMSL. Para maiores detalhes, vide a nota explicativa nº 7 (item b).

19. Resultado financeiro

	2020	2019
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos e notas promissórias	(284.758)	(315.921)
Variação monetária sobre financiamentos	-	(10.094)
Perda com operações de derivativos	-	(4.979)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(8)	(5)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(1.949)	(2.633)
	(286.715)	(333.632)
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	3.475	3.391
Ganho com operações de hedge	-	5.250
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	5	21
Juros e outras receitas financeiras	407	788
	3.887	9.450
Resultado financeiro	(282.828)	(324.182)

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora da Companhia possui um Comitê de Resultados e Finanças, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2020			2019		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurado ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurado ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	2.610	-	-	321	-	-
Aplicações financeiras	171.296	-	-	67.374	-	-
Contas a receber	-	337.229	-	-	192.679	-
Ativo financeiro	-	2.055.171	-	-	1.939.616	-
Adiantamento a fornecedor (b)	-	7.064	-	-	8.044	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	288	-	-	63	-
Passivos						
Nota promissória (a)	-	-	(59.885)	-	-	-
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(3.607.184)	-	-	(3.404.078)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(71.364)	-	-	(120.915)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(3.520)	-	-	(3.456)
	173.906	2.399.752	(3.741.953)	67.695	2.140.402	(3.528.449)

(a) Valores líquidos do custo de transação.

(b) Estes adiantamentos a fornecedor deverão ser convertidos em ativos financeiros.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos e aplicações financeiras** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo (nível 2). As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores – partes relacionadas, adiantamento a fornecedores e ativo financeiro** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações exceto ativos financeiros a receber do Poder Concedente, cujos valores contábeis são considerados equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, presentes no contrato de concessão, tais como estrutura robusta de garantias e marcos legais relacionados ao setor.
- **Financiamentos em moeda nacional** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.
- **Nota promissória mensurada ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2020		2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Nota promissória (a) (b)	59.912	59.931	-	-

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de valor justo”, a seguir.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

	2020	2019
Nível 2:		
Aplicações financeiras	171.296	67.374

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

As operações em aberto com derivativos em 31 de dezembro de 2019, tinham por objetivo principal a proteção contra flutuações de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

forma, eram caracterizados como instrumentos de *hedge* e estavam registrados pelo seu valor justo por meio de resultado.

Todos os instrumentos financeiros derivativos da Companhia foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

	Resultado			
	Ganho/(Perda) em resultado		Ganho/(Perda) em resultado abrangente	
	2020	2019	2020	2019
TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS DURANTE O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019	-	271	-	760

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de financiamentos e notas promissórias com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2021 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimento até	Exposição em R\$ ⁽⁵⁾⁽⁶⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Aplicação financeira (CDB) ⁽⁴⁾	CDI ⁽²⁾		5.852	109	136	163
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽⁴⁾	CDI ⁽²⁾		165.444	3.040	3.799	4.559
Aplicação financeira (Santander) ⁽⁴⁾	CDI ⁽²⁾		1.130	15	19	22
BNDES	TJLP ⁽³⁾	Outubro de 2042	3.656.765	(287.371)	(328.106)	(368.846)
Notas promissórias - 2ª Emissão	CDI ⁽²⁾	Janeiro de 2021	59.912	(63)	(74)	(85)
Total do efeito de ganho ou (perda)				(284.270)	(324.226)	(364.187)
Efeito sobre os financiamentos e nota promissória				(287.434)	(328.180)	(368.931)
Efeito sobre as aplicações financeiras				3.164	3.954	4.744
Total do efeito de ganho / (perda)				(284.270)	(324.226)	(364.187)

As taxas de juros consideradas foram⁽¹⁾:

CDI ⁽²⁾	1,90%	2,38%	2,85%
TJLP ⁽³⁾	4,39%	5,49%	6,59%

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) e (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2020, divulgada pela B3;
(3) Refere-se à taxa de 31/12/2020, divulgada pelo BNDES;
(4) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixadas;
(5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2020 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
(6) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI e TJLP).

21. Demonstração dos fluxos de caixa

- a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2020	2019
Ativo financeiro	93.057	(20.234)
Adiantamento a fornecedores	-	51.117
Fornecedores	-	1.550
Fornecedores - partes relacionadas	3.814	-
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	96.871	32.433
Adição de ativo intangível	(96.871)	(32.433)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(96.871)	(32.433)

- b. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

c. Reconciliação das atividades de financiamento

	Financiamentos	Nota promissória	Total
Saldo Inicial	(3.404.078)	-	(3.404.078)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Captações (líquidas dos custos de transação)	(3.109)	(57.680)	(60.789)
Pagamentos de principal e juros	82.556	-	82.556
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	79.447	(57.680)	21.767
Outras variações			
Despesas com juros e variação monetária	(282.553)	(2.205)	(284.758)
Total das outras variações	(282.553)	(2.205)	(284.758)
Saldo Final	(3.607.184)	(59.885)	(3.667.069)

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Eventos subsequentes

- **Coronavírus**

Conforme Comunicados ao Mercado divulgados semanalmente pela Companhia, verificou-se no período de 1º de janeiro a 04 de março de 2021, em comparação com mesmo período do ano anterior, os seguintes efeitos na demanda:

Passageiros
01/janeiro/2021 a 04/março/2021
x
01/janeiro/2020 a 04/março/2020
-37,0%

Receita líquida de receita de construção

01/01/2021 a	01/01/2020 a	% Var.
28/02/2021	29/02/2020	
128.540	144.816	-11%

- **Liquidação de notas promissórias**

Em 18 de janeiro de 2021 houve a liquidação da 2ª emissão de notas promissórias comerciais no valor de R\$ 58.000.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição da Diretoria

André Luis Pereira Costa
Luís Augusto Valença de Oliveira

Diretor Presidente
Diretor Adm. Financeiro

Composição do Conselho de Administração

Luís Augusto Valença de Oliveira
Igor de Castro Camillo
Luciano José Porto Fernandes

Conselheiro
Conselheiro
Conselheiro

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3 S/BA